

Violência e racismo nos contos de Machado de Assis: três leituras

Violence and racism in Machado de Assis' tales: three readings

Valdemar Valente Junior¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer à luz do debate contemporâneo a presença da violência e do racismo como temas recorrentes nos contos de Machado de Assis. Nesse sentido, “Conto de escola”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe” evidenciam as diferentes formas dessas práticas como representações de uma sociedade patriarcal e escravocrata onde se identificam as marcas de um atraso secular nas relações humanas. Os respectivos contos dão conta do distanciamento crítico que a escrita de Machado de Assis estabelece em razão do lugar que ocupa, na condição de um narrador que se mantém isento ao não comentar os atos ignominiosos que são descritos. A isso corresponde o humor corrosivo que marca a proposta principal de sua obra narrativa como uma espécie de registro definitivo.

Palavras-chave: Machado de Assis; contos; violência; racismo.

Abstract: The present article aims to bring to light the contemporary debate the presence of violence and racism as recurring themes in Machado de Assis' tales. In this sense, “Conto de escola”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe” show the different forms of these practices as representations of a patriarchal and slave society where the marks of a secular delay in human relations are identified. The respective stories tell of the critical distance that Machado de Assis's writing establishes because of his place, as a narrator who remains exempt by not commenting on the ignominious acts that are described. To this corresponds the corrosive humor that makes the main proposal of his work as a kind of definite record.

Keywords: Machado de Assis; tales; violence; racism.

Introdução

Os contos de Machado de Assis, em vista de sua especificidade, revelam aspectos da sociedade brasileira no Segundo Reinado, nos quais se pode identificar a violência e o racismo como marcas que se associam ao estatuto da escravidão, assim como à forma destituída de sensibilidade social que representou sua abolição. Para tanto, concorre a má vontade de uma classe de proprietários de terras que abandona os escravos libertos ao léu da sorte. Das fazendas do interior em direção às cidades, esse contingente engrossa a legião de desocupados e subempregados sem paradeiro e sem qualquer meio de assistência que os possa socorrer. Nesse contexto, a escravidão, vista sob o olhar de Machado de Assis, em razão de alguns de seus contos mais expressivos, estende-se em suas formas de opressão e intolerância, seguindo-se ao opróbrio e à tirania, o que se configura como retrato de uma sociedade violenta e racista. O ponto mais elevado dessa relação de poder, como

¹ Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ. Pós-Doutor em Literatura Brasileira pela UERJ. Professor do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estácio de Sá. E-mail: valdemarvalente@gmail.com.

não poderia deixar de ser, diz respeito ao domínio com mão de ferro dos senhores sobre seus escravos. Essa atitude expressa uma força que se amplia a todas as formas de tortura física que se manifestam como um *modus operandi* consagrado em sua normalidade.

O espaço ocupado pelo outro em uma sociedade excludente tem como resultado a inconformidade dos que não abrem mão de seus privilégios em favor do que representa o domínio sobre os subalternos. Nesse sentido, a hierarquia social estabelece suas regras não apenas em vista da relação dos escravos com seus senhores, mas também, ainda que de modo diverso, nas formas do poder marcadas por manifestações de autoritarismo em seus vários setores. Pelo que se pode perceber, os contos de Machado de Assis não configuram apenas a violência e o racismo contra os escravos submetidos ao trabalho doméstico ou à lida no eito. Há também que se fazer referência aos segmentos mais baixos na hierarquia social, representados pelos mais pobres. A estes, a vergasta do trabalho servil não atinge, ainda que se apresentem como setores vitimados pela exclusão que os situa do lado de fora do espaço de representação dos potentados. A discriminação que se prolonga na sociedade brasileira deixa suas marcas, cabendo a Machado de Assis a condição de observador atento, que a isso consegue traduzir com fidelidade. Assim, em momentos espaços, as formas da opressão atingem escravos e libertos diante de um contexto onde se fazem presentes os sinais mais evidentes da exclusão.

Há que se pensar nos significados da opressão a que Machado de Assis coloca em evidência em alguns de seus romances, a exemplo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), não ocasião em que Brás Cubas, ainda criança, se serve do escravo Prudêncio como uma montaria, ao lhe desferir sucessivas pancadas. Do mesmo modo, Prudêncio, gozando da condição de liberto e dono de escravos, espanca o escravo relapso que negligencia com as obrigações a que é incumbido. Por sua vez, em *Dom Casmurro* (1899), Bentinho acusa Capitu, com quem se casara, de adúltera, associando a fisionomia de seu filho Ezequiel à de Escobar, seu colega de seminário, com quem sua esposa supostamente estabelecera um relacionamento. Ocorre, no entanto, que a narrativa em primeira pessoa evidencia apenas a fala de Bentinho, não permitindo a Capitu a possibilidade de se defender da carga de humilhação que sobre ela é despejada. Por esse meio, verifica-se de que modo cabe a Machado de Assis o exercício da observação acerca do comportamento perverso

que se identifica no assédio físico e moral de algumas de suas personagens mais emblemáticas sobre os que deles dependem. Essa atitude concorre como denúncia a respeito de uma sociedade patriarcal e escravocrata fortemente arraigada a preconceitos e tradições.

No que tange ao presente artigo, as questões a serem abordadas, a partir da escolha de três contos, dão conta dessa situação em vista da estrutura social que se observa no Rio de Janeiro, capital da Corte e principal ponto de referência do país no século XIX. Em razão dessa proposta, concorrem as análises de “Conto de escola”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, nas quais são observadas situações que envolvem diferentes manifestações da violência. Esses contos estendem-se da violência ao racismo como marcas do preconceito que caracteriza a subjugação advinda da escravidão como um registro indecoroso que macula a história brasileira. Nesse sentido, Machado de Assis possui a perspicácia que lhe possibilita observar situações diante das quais se faz representar a humilhação e o opróbrio. A dimensão desses acontecimentos, a partir do que o escritor configura como elementos presentes no conjunto de sua obra, se mostra bem mais ampla, em que pese sua capacidade de recorrer a essas abordagens, servindo-se de diferentes formas de contenção daquilo que expõe ao leitor.

Por sua vez, há que se pensar acerca da conjuntura política e social do país durante o Segundo Reinado como período de reivindicações sociais que esbarram no conservadorismo das elites econômicas representadas pelos senhores de terras e donos de escravos. Nesse contexto, a violência que se pode perceber nos contos destacados concorre como estatuto a ser preservado como registro social que pouco ou nada consegue alterar a ordem retrógrada na qual se encontra fincada. Em vista disso, a narrativa machadiana se mostra atenta aos acontecimentos ao seu entorno sem com isso vir a tomar parte de forma direta no que se refere a uma interferência do narrador que em momento algum emite o seu ponto de vista. Esse distanciamento concorre para que, por exemplo, em *Dom Casmurro*, se observe uma postura lacunar acerca do exercício da tirania de Bentinho sobre Capitu, uma vez que a ela não é dado o direito de se defender da acusação de adultério. Nesse mesmo diapasão, os contos em questão chegam ao fim sem que se possa obter uma resposta convincente acerca da demanda sobre a qual é criada uma enorme expectativa. A isso diz respeito a

posição de Machado de Assis, no que se refere ao silêncio que se impõe em relação aos desdobramentos das situações narrativas que guarda consigo.

Em vista disso, “Conto de escola”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe” evidenciam a precariedade social que se manifesta por meio da violência e do racismo como formas de dominação. Esse comportamento se mostra arraigado a certos setores da sociedade, ultrapassando o limite que separa os corpos, uns dos outros. O uso da palmatória pelo mestre-escola para punir o aluno, da vara pela senhora conta sua escrava ou da máscara de flandres pelos escravos que roubam as moedas de seus senhores para se embriagarem são marcas que denunciam a humilhação como um sintoma da ignomínia que caracteriza uma sociedade escravocrata de perfil extremamente autoritário. A relação de forças entre o liberalismo político-econômico e a vigência do estatuto da escravidão tem como agravante a contaminação que o trabalho servil exerce sobre os cidadãos livres que contribuem para sua reprodução, no que se refere às formas da violência e do racismo. Acerca dessa segunda natureza arraigada à sociedade brasileira, Machado de Assis desenvolve sua observação, cabendo-lhe um olhar preciso e distanciado, sem que a esse respeito possa interferir seu ponto de vista.

Pedagogia da violência

A leitura de “Conto de escola” coloca em evidência a relação entre o conhecimento e o emprego da violência verbal e física como meio de punir não apenas os deslizos do aprendizado como também a conduta moral identificada como desvio de comportamento dos alunos. Desse modo, a figura do mestre-escola mostra-se como detentora da permissão expressa dos pais para representá-los de modo pleno, no que diz respeito à educação doméstica, onde se incluem os castigos corporais. A isso não se impõe qualquer oposição por parte da família dos educandos. Nesse sentido, o Rio de Janeiro no século XIX, em sua condição de caixa de ressonância da vida política e cultural do país, mostra-se como representação do atraso que atinge os diferentes setores da sociedade, afetando as relações que se buscam estabelecer. O retrato social de um país que não consegue se libertar de preconceitos de todas as ordens espelha a dimensão conservadora do que concorre para macular sua imagem diante das nações desenvolvidas. Em vista disso, nos enxergam através de uma lente

que serve para ampliar a escravidão como uma chaga social que não conseguimos cicatrizar:

É uma história, então, sobre a iniciação de uma criança no sórdido mundo adulto, em que serviços "ilegais" podem ser comprados - como Raimundo compra o conhecimento do narrador Pilar, para ser aprovado em uma matéria que ele não tinha conseguido aprender - e em que Curvelo os delata ao mestre-escola Policarpo, que é também pai de Raimundo. (GLEDSON, 2006, p. 91).

No exemplo desse conto, identificamos na figura do mestre-escola a representação do autoritarismo como expressão de uma forma de transmissão do saber que tem nos desvios de conduta dos alunos uma justificativa ao emprego de diferentes formas de violência. Nesse contexto, a intimidação funciona como uma postura prévia a qualquer possibilidade de transgressão, testando os alunos, de antemão prevenidos com relação aos riscos a que estão sujeitos. Nessa perspectiva, a educação obedece a princípios coercitivos que induzem ao aprendizado os que possuem maiores dificuldades por meio de métodos que se pautam no emprego da palmatória como instrumento de castigo. Em razão dessa prática não há outra possibilidade de se reverter uma falta sem que a violência deixe de se fazer presente. “No rigor do termo, o mal moral – o pecado na linguagem religiosa – designa o que torna a ação humana objeto de imputação, de acusação e de repreensão”. (RICOEUR 2000, p. 23). Nesse contexto, podemos constatar a reprodução de práticas que remetem à forma por meio da qual os escravos são castigados, tanto os que vivem na cidade quanto os que trabalham no interior, cabendo-lhes os castigos que decorrem do domínio sobre o corpo dos que se apresentam como subalternos.

Por essa via, há que se pensar acerca de que Machado de Assis reflete na maioria de seus contos os ambientes marcados por uma certa condição obscura. Isso não apenas diz respeito à violência física que se apresenta em “Conto de escola”, mas, do mesmo modo, às formas de uma violência moral que se integra à caracterização de personagens marcadas pela infelicidade, no que tange à relação consigo e com o outro. Em “Conto de escola”, o Rio de Janeiro do início do Segundo Reinado apresenta-se como cidade marcada por uma precariedade extrema, no que se refere às condições de conforto e oferta de serviços que se estendem a todos os níveis sociais. Diante disso, a escrita reitera o lugar da educação e da sala de aula como situações e espaços destituídos de prazer, haja vista o fato de que a escola

reproduz nos estudantes apenas a vontade de seus pais em vê-los realizados segundo a determinação de seus desejos pessoais. Nesse sentido, o pai de Pilar, que o surrara com uma vara de marmelo por vê-lo gazetear as aulas, sonha para o filho uma posição comercial de caixeiro de loja e futuro capitalista, daí a escola representar um espaço de retidão da qual não se deve transigir, não havendo como se possa contemplar a corrupção dos costumes:

A corrupção, presente nesse conto de Machado, é representada pelo ato de Raimundo em pagar seu amigo, Pilar, para que este lhe ensinasse, às escondidas, o conteúdo desejado, na implícita condição de que ambos assumissem, frente ao mestre e aos colegas, a melhora das notas do primeiro como sendo único e exclusivo mérito seu. O ciclo da corrupção se completa com o aceite da proposta por Pilar. (KLOSS, 2002, p. 2-3)

Nesse aspecto, Raimundo, filho do mestre-escola, mostra-se um menino tímido e oprimido pela presença do pai, que sobre ele despeja toda sorte de castigos, sendo-lhe reservada a maior intensidade dos que aplica aos demais alunos. A opressão exercida pelo mestre-escola sobre seu próprio filho justifica-se no que pode representar um sentido de isenção diante do rigor com os outros alunos. Do mesmo modo, verifica-se nessa atitude o poder absoluto que se estende do pai ao educador, sendo essa a forma explícita de uma pedagogia da violência que vai do lar à escola. Assim, resta a Pilar a possibilidade da transgressão que consiste em faltar às aulas para conviver com o espaço lúdico daquilo que a cidade oferece, na ocasião em que o Rio de Janeiro não passa de uma vila onde a diferença entre os espaços rurais e urbanos quase não se fazem perceber. “Os símbolos da liberdade de espírito e da individualidade são o papagaio no céu e o rufar dos tambores” (WAHBA, 2004, p. 71). Nesse sentido, observa-se o contraponto entre a cidade, em vista de seus espaços de liberdade, e a escola como um lugar de afirmação do conhecimento que contraria o saber relacionado à espontaneidade que na cidade pode ser oferecido como uma prática extremamente saudável.

Na sala de aula, a pequena moeda, oferecida por Raimundo a Pilar, em troca da explicação da lição de sintaxe a que não consegue entender, atende a um mesmo tempo a duas questões. Na primeira, o pagamento da explicação obriga Pilar a um compromisso a que não se faz possível fugir, em vista do dinheiro. Isso também coloca Raimundo na condição de quem, ao pagar pela explicação, foge ao descumprimento

do que para o mestre-escola seria passível de castigo. Do mesmo modo, o dinheiro, ainda que representado por uma moeda de dois tostões, impõe suas regras a partir de uma condição e de um argumento que com frequência se faz presente na obra de Machado de Assis. Nesse ponto, identifica-se a relação que estabelece com um mundo movido pelo interesse que corrompe o sentido moral em nome do que se impõe como sobrevivência individual. “O que prevalece na forma do discurso narrativo machadiano é o tom dubitativo – a esquivada e equívoca maneira de narrar, reticente e desconfiada, que também pode ser enganadora e enganosa” (NUNES, 1989, p. 17). Diante disso, a aquisição do conhecimento se constitui em tarefa árdua para a qual concorre a vigilância do mestre-escola, na medida em que o peso de sua palmatória corresponde à atribuição que lhe é delegada pelas famílias de seus alunos. Essas famílias são movidas pelo desejo de prosperidade, em vista do que nos contos de Machado de Assis se mostra como cenário de uma realidade desigual:

Monólogos, diálogos, apólogos, narrativas de chave, crônicas. Temas urbanos, psicologia feminina, tragicomédia da vida. *Humour* sorridente e superficial nas coletâneas (ainda de gosto romântico) da primeira fase; sarcasmo feroz, desespero, niilismo, em seguida. (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 288).

Em “Conto de escola”, explicita-se a carência de espaços de excelência em uma sociedade onde predomina a precariedade econômica de famílias remediadas. A isso corresponde o desejo de que seus filhos sejam dotados de condições que atendam à estabilidade em meio à profunda divisão de classes que nesse contexto se evidencia. A esse respeito, há que se ter em conta uma estrutura social na qual o trabalho escravo predomina, concorrendo para que a estatística acerca do número de cidadãos livres seja irrisória. Diante disso, o abismo que separa os diferentes extratos sociais é enorme, o que implica no esforço do pai de Pilar, no sentido de fazer com que a educação concorra para transformá-lo em um homem de comércio bem-sucedido em seus negócios. Para tanto, pode ser utilizado o peso de uma palmatória como instrumento capaz de não permitir qualquer desvio que comprometa a retidão de caráter e o compromisso com os estudos. Por essa via, pode ser identificada em “Conto de escola” a penúria que caracteriza as relações sociais na capital de um país de economia dependente e importância insignificante no contexto das grandes

nações. A isso se acrescenta a tentativa de se conciliar o exercício do pensamento liberal com a ignomínia representada pelas formas do trabalho servil.

Cinismo e exclusão

A narrativa de Machado de Assis, mesmo em situações esparsas, concorre para patentear a hegemonia da classe dirigente como manifestação de uma elevada dose de cinismo. Isso decorre da escravidão como o que pode haver de mais abjeto nas formas de seu comportamento. Na condição do escritor do século XIX, não lhe cabe senão observar com o devido apuro as relações marcadas pela escravidão como uma situação que concorre para estorvar a liberdade de direitos e o exercício da cidadania. Do mesmo modo, sua condição de descendente de escravos o faz perceber, em razão do que dele se mostra muito próximo, a escravidão como tema de que se serve em sua obra, ainda que buscando acautelá-lo no sentido de preservar um relativo distanciamento em sua abordagem. Diante disso, “O caso da vara” se constitui em narrativa para a qual concorre a observação de um escritor que se isenta do comentário que denuncie seu ponto de vista. Isso diz respeito ao fato de que o conto se encerra sem que se possa ter a devida dimensão daquilo que o autor pensa a seu respeito, cabendo ao leitor a conclusão que dele possa resultar:

Antes da abolição (e, portanto, durante todo o período romântico) era a instituição servil que estava em xeque, não a pessoa do negro escravizado, de forma que pouca atenção foi dada a este enquanto indivíduo ou enquanto coletividade. É claro que, ao darem forma literária a suas convicções abolicionistas, os escritores criaram personagens representando a raça explorada. (GOMES, 1988, p.17).

Em “O caso da vara” apresenta-se a relação de autoridade dos pais sobre seus filhos, bem como dos senhores sobre seus escravos. Isso identifica-se no momento em que Damião foge do seminário para onde fora enviado pelo pai no intuito de fazê-lo seguir a carreira eclesiástica. Do mesmo modo, cabe à escrava Lucrecia a tarefa da confecção da renda de bilros que deve ser concluída até o final do dia, sob a ameaça de uma surra de vara. Os dois exemplos definem a tirania de uma sociedade que não se exercita diante do que representa a liberdade individual. Do mesmo modo, não respeita a vontade dos subalternos de diferentes classes, em vista do que representa a servidão e o princípio inalienável da autoridade. Por isso, fugir do

seminário, para Damião, resulta em um nível de punição que, medidas as diferenças, corresponde à punição de Lucrecia, vista como mercadoria, por não terminar a tarefa da renda de bilros. “Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de mobilizar menos capital’. (SCHWARZ, 1977, p. 3). No entanto, a condição de se poder contornar um determinado impasse resulta na possibilidade de uma manobra que não cabe a Lucrecia e sobra a Damião. A isso diz respeito a escravidão como última instância da opressão despejada sobre os seres humanos sem a menor perspectiva de reversão desse quadro.

No contexto da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, Damião ocupa o lugar referente a uma pequena classe média que possui alguns privilégios em meio ao quadro de exclusão que vigora. A imposição paterna, ao enviá-lo a um seminário, concorre para interromper qualquer outra vocação em meio à falta de opções de uma sociedade marcada pelo atraso de suas instituições. Por conta disso, o encontro de Damião com Lucrecia, decorrente de seu esconderijo na casa de Sinhá Rita, faz com que a aliança que estabelece com a escrava, no sentido de protegê-la, seja provisória, chagando ao limite onde começam a vigor seus interesses. Nesse sentido, observa-se o lugar onde reside o cinismo com relação aos subalternos, na medida em que Lucrecia dispersou-se na execução de seu trabalho para dar atenção às anedotas contadas por Damião à Sinhá Rita. Diante da opressão que prevalece sobre as diferentes camadas da sociedade, Damião se coloca como personagem que, mesmo em face da imposição paterna, encontra meios de se salvar, cabendo a Lucrecia levar uma surra de vara por não ter concluído em tempo hábil sua tarefa:

A apresentação do sistema de apadrinhamento e de favores não está, no entanto, completa, como logo nos faz ver o conto. Os “negócios de família”, que a princípio não envolveriam mais que Damião e seu pai, estenderam-se já ao padrinho e à sua amante, todos brancos e livres, cada um enredado de modo muito particular nessa teia de relações pessoais que se refere também uma prática social de valores – mas é a entrada em cena da menina Lucrecia que permitirá ao narrador avaliar o quadro familiar e burguês a partir de uma perspectiva ordinariamente escamoteada. (VILLAÇA, 2006, p. 26).

Para além dessas observações, “O caso da vara” corresponde às injunções que dizem respeito aos relacionamentos no microcosmo do Rio de Janeiro do Segundo Reinado. Nesse sentido, os atares e desatares inerentes ao convívio social

em processo concorrem como termos comuns ao cerne da narrativa. Em vista disso, evidenciam-se os sinais de proximidade entre Sinhá Rita e João Carneiro, padrinho de Damião, a quem ela impõe a obrigação de convencer o compadre a voltar atrás, no que diz respeito à ida do filho para o seminário, sob a ameaça de não mais voltar a vê-lo. Esses elementos agregam-se ao que o conto possui de mais legítimo, conferindo-lhe um sentido que concorre para dar um acabamento formal ao significado de que se faz portador. “Na razão inversa de sua prosa elegante e discreta, do seu tom humorístico e ao mesmo tempo acadêmico, avultam para o leitor atento as mais desmedidas surpresas”. (CANDIDO, 1995, 20-21). Por essa razão, a dimensão dos acontecimentos que se adensam ao tecido narrativo serve para que se justifique a participação de personagens que reiteram situações de despotismo, integrando-se à sociedade da época como um termo comum ao nível de comportamento que se espera de todos, não havendo acordo que se faça possível.

Assim, ao entregar a Sinhá Rita a vara com que Lucrecia será castigada, Damião coloca seu problema acima de todos os demais, na medida em que uma surra de vara aplicada a uma reles escrava nada pode representar. Diante disso, a superioridade de Damião, ainda que sob ameaça iminente, o faz abrir mão da aliança que estabelecera com Lucrecia. Isso diz respeito à condição que lhe cabe, colocando sobre a escrava o que para ele resultaria em subjugação à vontade de seu pai. Por essa razão, ao pleitear de Sinhá Rita a proteção contra a imposição de ir para um seminário, não caberia contrariá-la em sua ordem de pegar a vara e lhe entregar para o castigo de Lucrecia, mesmo tendo estabelecido o compromisso de protegê-la. Nesse contexto, observa-se de que modo a submissão dos subalternos apresenta-se como situação incontestável, uma vez que às classes superiores reservam-se as formas de exercício de um poder que não possui a menor possibilidade de vir a ser revertido em favor da equidade:

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades e da posse de um homem por outro. (SCHWARTZ, 2012, p. 30).

A ordem social que Machado de Assis coloca em evidência traz à luz os conflitos decorrentes da escravidão, bem como os aspectos da ordem familiar que

submete os filhos à autoridade dos pais. Em vista do que se pode perceber em “O caso da vara”, Machado de Assis se coloca na condição de quem consegue observar os deslizamentos de uma sociedade em formação. Para isso, por sua vez, não parece haver solução, haja vista a continuidade de práticas que se constituem no *modus operandi* de quem não consegue absorver novos ensinamentos. Diante do impasse que coloca nos pratos da balança a liberdade democrática e o trabalho escravo, a narrativa de Machado de Assis se mostra hábil no sentido de conviver com situações que remetem à sua origem, dando encaminhamento a abordagens problemáticas sem que a isso se interponha um confronto de ideias, o que se mostra distante de seus propósitos como escritor. “Os detratores de Machado via de regra baseiam-se na rarefeita presença do negro em seus contos e romances para julgar o homem a partir dos nem sempre bem-compreendidos artifícios do ficcionista”. (DUARTE, 2009, p. 253). Em vista do que na Corte lhe serve de argumento, podemos detectar a forma através da qual o escritor denuncia as expressões da violência e do racismo que observa, sem deixar de manter o distanciamento crítico que caracteriza sua posição.

Escravidão e morte

O atraso social e a violência amparados pela lei nunca estiveram tão presentes na obra de Machado de Assis quanto no conto “Pai contra mãe”, que se caracteriza por situações que tangenciam o absurdo, mas que assumem uma condição de normalidade em vista do contexto em que se apresentam. A escassez de empregos ou o caiporismo a que Cândido Neves tem como argumento por não conseguir fixar-se em nenhuma profissão estável lhe fazem optar por receber gratificações pelo trabalho de capturar escravos fugidos de seus senhores. Diante disso, Machado de Assis alerta, no início do conto, que as lojas de funileiros exibem às suas portas máscaras de folhas de flandres que ao serem colocadas impedem os escravos do vício da bebida, ao passo em que do mesmo modo denuncia-lhes o vício de furtar os vinténs de seus senhores para saciar o alcoolismo. Do mesmo modo, o uso do ferro ao pé e ao pescoço denuncia os escravos reincidentes em fugir, o que concorre para que se tenha a medida do que representa o tratamento desumano que recebem. Essa situação decorre de o estatuto da escravidão deitar suas manoplas sobre os que se encontram subjugados, sem a menor possibilidade de reversão dessa ignomínia:

Machado mostra a realidade crua da época na sua obra e a maioria de suas personagens atua como se essa “realidade” fosse algo extremamente “normal”. Confrontadas com os horrores ou preconceitos da época, as suas personagens não reagem de maneira indignada, e sim de maneira fria e insensível, por exemplo, no conto “Pai Contra Mãe”. (KRECH, 2010, p. 151-152).

Nesse contexto, o casamento de Cândido Neves com Clara, segundo a opinião da tia Mônica, não tinha como vingar, uma vez que ao marido não toca a necessidade de se fixar em uma atividade permanente que lhe possa oferecer a segurança de trazer todos os dias o pão que lhes sustenta. Pelo contrário, a instabilidade de uma vida de aventuras concorre para que se verifique uma oscilação no que se refere ao padrão social que pode oferecer a Clara, sua mulher, e ao filho que está por vir. Diante disso, há que se refletir acerca de que a profissão de Cândido Neves, ao adestrar-se na captura de escravos fugidos, denuncia como desigualdade de uma sociedade que se compraz no tratamento desigual com que estes são tratados. Isso resulta nos castigos utilizados para puni-los pelo que venham a ser os seus deslizes de conduta. Assim, a obra de Machado de Assis, no contexto de um país que se utiliza do trabalho escravo como sua principal força econômica, determina a forma por via da qual “Pai contra mãe” concorre como denúncia, ainda que não resulte em discurso irritado a respeito dessas relações.

As dificuldades de sobrevivência decorrentes da procura por escravos fugidos acabam por condená-lo à penúria. Isso faz com que tia Mônica imponha a decisão de colocar o recém-nascido na roda dos enjeitados para que lhe fosse permitida uma criação livre das dificuldades financeiras decorrentes da instabilidade do trabalho que Cândido Neves adotara. A força dos acontecimentos narrados em “Pai contra mãe” dá conta das atrocidades de uma sociedade dominada pelo princípio da posse e do poder dos senhores sobre seus escravos, levando à afirmação de que a ordem social nem sempre é alcançada sem a interferência do grotesco e do cruel. Do mesmo modo que uma corrente ao pescoço servia para identificar escravos reincidentes, em fuga, a sociedade aceita com complacência o trabalho de Cândido Neves como uma expressão legítima do resgate de escravos evadidos e seu significado como afirmação do direito à propriedade. “Nesse mundo, a máscara não é exceção, não foi feita apenas para tapar a cara da personagem mais vilã. É a regra. É o selo da necessidade”. (BOSI, 1988, p. 66). A afirmação do lugar referente ao outro, no que diz

respeito à desqualificação representada pelo trabalho escravo, concorre para que a Cândido Neves, exemplo de cidadão desse tempo, a escravidão seja vista como uma condição inerente aos que desfrutam de uma fatia do poder, em alguma esfera, cabendo aos escravos que descumprem as regras da submissão aos seus senhores serem recapturados e castigados com rigor:

O ceticismo essencial de Machado de Assis lhe permitia visualizar o escravo e o livre no contexto da miséria social inerente à sociedade. Para muitos, a alforria poderia significar uma calamidade, quanto às condições de vida e trabalho que teriam de enfrentar. (IANNI, 1988, p. 93).

Em vista dessa situação, se faz imprescindível a Cândido Neves acatar a imposição da tia Mônica, no sentido de levar o filho de sua união com Clara à roda dos enjeitados, não sendo possível protelar essa decisão. A situação de escassez que faz a família ser despejada da casa que ocupa e ir morar de favor exige-lhe uma ação definitiva no que se refere ao trabalho de resgatar escravos fugidos de seus senhores. “A escravidão à margem em verdade está, mas de forma muito sutil, no centro da narrativa machadiana” (SCHAFFAUER, 2010, p. 126). Diante disso, as situações que se apresentam como imprevistos chegam a um desenlace que a ele se mostra favorável. No acesso entre a rua dos Barbons e a rua da Ajuda, seguindo as informações que lhe prestara um farmacêutico, finalmente encontra Arminda, a escrava fugida por quem seu senhor, morador à rua da Alfândega, prometera uma recompensa de cem mil-réis. Há que se pensar acerca de que a escravidão, em vista desse episódio, concorre para que a narrativa de Machado de Assis aponte para o aspecto mais cruel de um sistema de exploração que explicita a tirania e a violência como termos para os quais não existe retrocesso ao que se impõe como regra.

A isso acrescenta-se o fato de que, ao ser detida por Cândido Neves e entregue ao seu senhor, Arminda acaba por abortar um filho, pouco antes entrar à casa na rua da Alfândega. Nesse momento, ignorando o drama da escrava, de quem ouvira que seu dono a castigava com crueldade, corre até a casa na rua da Ajuda, onde deixara o filho, em mãos do farmacêutico que lhe dera a preciosa informação. Os cem mil-réis que recebera lhe seriam suficientes para sustar as pendências de ordem familiar que tanto lhe inquietavam. Diante disso, pode ser observada a forma através da qual o trabalho de Cândido Neves concorre para que a salvação de seu filho resulte do

dinheiro obtido com a captura de uma escrava que abortara ao ser detida e levada de volta ao seu senhor. Ao recorrer a esse tema específico, “Pai contra mãe” aponta para o caráter excludente de uma ordem social marcada pela segregação e pela violência que separam escravos de libertos, não havendo acordo que os possa fazer compactuar, em vista da opressão exercida por diferentes algozes. Em um contexto onde predomina a insânia em relação à forma com que os subalternos são tratados, Machado de Assis confere a esse conto a condição de libelo às manifestações da crueldade humana:

As teorias raciais e crenças etnocêntricas apregoavam uma hierarquia etnográfica na qual o negro ocupava o último grau da escala social. Assim, ainda que elemento integrante – junto com o branco e o índio – da civilização brasileira, era marginalizado. (TRÍPOLI, 2006, p. 17).

A violência presente em “Pai contra mãe” decorre da constatação de que, como afirma Cândido Neves, ao final do conto, nem todas as crianças vingam. A isso se interpõe uma luta de gigantes entre o amor e a morte. Desse modo, para que o fruto do amor de Cândido Neves e Clara possa vingar, se faz necessário recorrer ao dinheiro decorrente da captura de Arminda, que acaba por perder seu filho. Assim, o feto exposto à rua dá conta de mais uma perda da escrava, cabendo a Cândido Neves a recompensa com que poderá restituir a ordem financeira de sua família, impedindo-o de entregar seu filho à roda dos enjeitados. “Trágica ironia, em função de que a morte da criança negra propicia a ‘salvação’ da criança branca, prestes a ser largada na Roda dos Expostos”, (DUARTE, 2009, p. 272). Por conta disso, há que se refletir acerca das ações em uma sociedade escravocrata que leva ao limite extremo as formas da violência despejadas sobre os que não têm qualquer arrimo. Do mesmo modo, recai sobre os escravos o ônus de serem duramente maltratados, quando em seguida tentam fugir à sanha de seus senhores. Nesse sentido, Machado de Assis, em que pese seu aparente alheamento, evidencia as formas explícitas da exclusão que recaem sobre os indefesos em um país que traz consigo as expressões seculares do sadismo aplicado contra os condenados à escravidão.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Ática, 1988.

- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Duas Cidades, 1995.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: Eduardo de Assis Duarte. (org.). *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo*. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 249-288.
- GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.
- IANNI, Octavio. Literatura e consciência. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 28. São Paulo: USP, 1988. p. 91-99.
- KLOSS, Milene Vania; SANTOS, Pedro Brum; UMBACH, Rosani. A corrupção em conto de escola. Ano I, n. 4, maio de 2002.
- KRECH, Markus Klaus. O escravo e o protegido. In: BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHÄFFAUER, Markus Klaus. (orgs.). *Machado de Assis e a escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 147-164.
- _____. A borboleta preta e os olhos de ressaca. In: BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHAFFAUER, Markus Klaus. (orgs.). *Machado de Assis e a escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 125-133.
- NUNES, Benedito. Machado de Assis e a filosofia. In: *Revista Travessia*. Florianópolis, n. 19, 1989.
- RICOEUR, Paul. *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas: Papiros, 2000.
- SCHAFFAUER, Markus. A borboleta preta e os olhos de ressaca. BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHÄFFAUER, Markus Klaus. (orgs.). *Machado de Assis e a escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- VILLAÇA, Alcides. Querer, poder, precisar: “O caso da vara”. In: *Teresa: revista de literatura brasileira*, n. 6, 7. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 17-30.
- WAHBA, Liliana Liviano. O pensamento machadiano e a política da hipocrisia. In: COELHO, Márcia; FLEURY, Marcos. (orgs). *O bruxo do Cosme Velho: Machado de Assis no espelho*. São Paulo: Alameda, 2004.

Recebido em: 21/06/2020

Aceito em: 26/08/2020